
Agência Moral e a Perspectiva da Racionalidade Prática: Uma Exposição da Posição de R. Jay Wallace

Dr Marcelo de Araujo UERJ / CNPq

www.geocities.com/marceloeva

agosto 2006

Comunicação apresentada em Itatiaia por ocasião do *III Simpósio de Ética e Filosofia Política* promovido pelo Centro de Ética e Filosofia da Mente (PRONEX: CNPq / FAPERJ) para discussão do livro de R. Jay Wallace: *Normativity and the Will: Essays on Moral Psychology and Practical Reason*, Oxford: Oxford University Press, 2006. A presente comunicação é uma exposição do capítulo intitulado: “Moral responsibility and the practical point of view”, p. 144-164.

I

Wallace defende uma concepção de responsabilidade moral definida em termos de uma espécie de “competência normativa”. Ser moralmente responsável significa possuir o que ele denomina de um “poder de autocontrole reflexivo”. Ao longo do texto, Wallace emprega diferentes expressões para se referir a essa capacidade. Ele afirma, p. ex., que somos “... *equipped with the volitional capacity...*”; que possuímos uma “*capacity for volitionist choice*”; uma “*volitionist power of choice*”; uma “*capacity for self-determination independently of our given desires*”; uma “*capacity to determine what we do in ways that are presented to us as potential objects of deliberative reflection.*”; uma “*power to act by the light of one’s conception of what one ought to do*”, etc. Por essa razão, uma boa parte do texto é destinada, por um lado, a uma explicitação do que seja, precisamente, ter uma tal capacidade e, por outro lado, a uma discussão dos argumentos contra a tese segundo a qual temos uma tal capacidade.

Para Wallace, ter um poder de autocontrole reflexivo significa ter a capacidade de compreendermos princípios morais e de guiarmos nossa conduta com base nesses mesmos princípios. Segundo Wallace, a compreensão da idéia de responsabilidade moral, definida em termos de um autocontrole reflexivo, na verdade, não é problemática. A dificuldade consistiria, antes, em como precisaríamos melhor a idéia de autocontrole reflexivo e em como ela se relacionaria com uma outra idéia

igualmente relevante no âmbito de teorias morais, a saber: a idéia de que temos um “livre arbítrio” (*freedom of will*).

Uma concepção de responsabilidade moral definida em termos de uma capacidade de autocontrole reflexivo tem de lidar com duas questões de ordem ontológica: (i) a primeira questão diz respeito ao objeto dessa capacidade de autocontrole reflexivo. Com efeito, essa faculdade parece pressupor a existência de coisas tais como razões e valores morais. Mas essas coisas existem realmente? E se existem, existem de que forma? (ii) A segunda questão incide sobre a própria existência de um poder reflexivo de autocontrole. Com outras palavras, existem, de fato, agentes morais como sujeitos de um poder reflexivo de autocontrole? Segundo Wallace a primeira questão diz respeito ao aspecto *normativo* da questão da responsabilidade moral. A segunda questão, por outro lado, diz respeito ao aspecto *pessoal* da questão da responsabilidade moral.

É sobretudo o aspecto pessoal da questão da responsabilidade moral que, segundo Wallace, tem sido tradicionalmente investigado no âmbito das discussões morais contemporâneas. Nesse sentido, a questão que normalmente se coloca é: “*Can the forms of freedom and capacity important to responsibility be reconciled with our standing as natural beings?*” Por outro lado, se a responsabilidade moral disser respeito a uma capacidade normativa, então, além dessa questão, temos de examinar também a questão normativa relativa à existência mesma de razões e valores morais.

Dessa forma, na parte inicial de sua discussão, Wallace examina alguns tipos de respostas que podem ser dadas a essas duas questões ontológicas. Ele procura mapear inicialmente quais são os tipos de posições que são tradicionalmente defendidas relativamente ao *aspecto normativo* da questão da responsabilidade moral. Em seguida, ele procura mostrar que há uma analogia entre, de um lado, as posições relativas ao aspecto normativo da questão da responsabilidade moral e, por outro lado, as posições relativas ao *aspecto pessoal* da questão da responsabilidade moral. Vejamos cada uma dessas posições separadamente.

(1) *Naturalismo eliminativo*

O que está em questão aqui é o critério sobre o que conta como *realidade*. Nossos comprometimentos ontológicos – nossas suposições acerca da existência das entidades que existem de fato – deveriam estar condicionadas à capacidade explicativa dessas mesmas entidades. Segundo essa posição, somente existiriam

realmente as entidades a que poderíamos nos referir em nossas *explicações* sobre nossas observações e sobre nossas práticas morais. Segundo essa perspectiva razões e valores morais *não* existiriam porque não temos de postular a existência dessas entidades ao explicarmos nossas “atividades morais”. Do ponto de vista da racionalidade teórica, a existência dessas entidades seria supérflua. Wallace se refere a Gibert Harman e J. L. Mackie como representantes dessa posição.

Realismo moral. O realismo moral se opõe ao “naturalismo eliminativo”, mas compartilha com essa posição o critério de existência, i.e. a idéia segundo a qual somente existem de fato as entidades que têm algum tipo de força explicativa. Wallace distingue dois tipos de realismo moral.

(2) *Naturalismo reducionista*

“... *moral entities and properties can satisfy the explanatory criterion, because they are identical with (clusters of) natural entities...*”

(3) *Realismo não-reducionista (ou platônico)*

“...*the explanatory criterion can be satisfied even in the absence of a satisfying reduction of this kind*”

(4) *Abordagem da razão prática*

Segundo essa posição razões e valores morais, de fato, não nos permitem prever o comportamento de agentes morais. No entanto, a existência de fatos e valores morais não tem de ser comprovada por apelo à capacidade explicativa dessas entidades. Com efeito, uma vez que a razão prática é autônoma, ela pode postular a existência desses objetos. Wallace atribui a Christine Korsgaard a defesa desse tipo de posição entre autores contemporâneos.

Tendo se referido a essas quatro posições relativas ao aspecto normativo da questão da responsabilidade moral – (1) naturalismo eliminativo, (2) naturalismo reducionista, (3) o realismo não-reducionista, e (4) abordagem da razão prática, Wallace examina em seguida alguns tipos de respostas que podem ser dadas à questão sobre o aspecto pessoal do problema da responsabilidade moral. Wallace procura mostrar que há uma certa correspondência entre os dois grupos de posições, i.e. as posições relativas ao aspecto normativo do problema da responsabilidade moral e as posições relativas ao aspecto pessoal do problema da responsabilidade moral. Vejamos quais são essas posições e como elas se inter-relacionam entre si.

(1) *Primeira forma de Naturalismo*

Essa posição corresponde ao *naturalismo eliminativo*. Isso significa que só podemos atribuir a pessoas capacidades e estados psicológicos passíveis de serem explicados em termos científicos. O que está em questão nesse tipo de posição é uma espécie de determinismo psicológico segundo o qual nossas ações deveriam ser sempre explicadas causalmente por apelo a crenças e desejos. Quem defende uma posição “incompatibilista” no debate sobre liberdade da vontade *vs.* determinismo tende a defender esse tipo de posição também no debate sobre a idéia de responsabilidade moral. Ou seja: a idéia de uma responsabilidade moral “genuína” entraria inevitavelmente em conflito com a idéia de um determinismo psicológico.

(2) *Segunda forma de Naturalismo*

Essa posição corresponde ao naturalismo reducionista e é endossada pelos que defendem uma posição compatibilista no debate sobre liberdade da vontade *vs.* determinismo. Segundo essa posição, faria sentido falarmos em agência moral, sem colocarmos em questão a idéia de um determinismo psicológico. Isso é possível, se compreendermos a idéia de liberdade da vontade a partir de uma “interpretação condicionalista”, i.e. a partir de um tipo de interpretação que distingue tipos de determinismos: um representa uma ameaça para a idéia de responsabilidade moral, e outro que não representa uma ameaça à idéia de responsabilidade moral. Wallace resume a tese central dessas duas formas de naturalismo nos seguintes termos:

“The hallmark of this broadly naturalist approach, in both its compatibilist and incompatibilist versions, is the idea that the explanatory standpoint of theoretical reason, as interpreted in the sciences, is decisive when it comes to questions of ontology”. (p. 146)

(3) *Agente como causa (agent-causation)*

Essa posição corresponde mais ou menos ao realismo não-reducionista. Quem defende essa posição concorda com os incompatibilistas naturalistas, i.e.: concorda com a idéia segundo a qual a agência moral “genuína” *não* poderia ser explicada a partir do quadro conceitual do determinismo psicológico. Além disso, quem defende essa posição tende também a aceitar a validade da idéia segundo a qual o poder explicativo de uma entidade deve ser tomado como critério de existência. Por outro lado, porém, quem defende essa posição interpreta esse critério de um outro modo. Podemos assumir como não problemática a existência de agentes morais, se houver certos eventos no mundo que não podem ser explicados em

termos científicos, mas que podem, ainda assim, ser explicados através da idéia de uma agente moral compreendido em termos de uma espécie de “motor imóvel.” Wallace atribui essa posição, p. ex. a Roderick Chisholm. Para essa posição, portanto, não teríamos de explicar ações humanas unicamente a partir de explicações científicas. Como Wallace afirma:

“Proponents of nonreductivist realism and the theory of agent-causation share with the naturalists an explanatory criterion of what there is, but suggest that moral values and moral agents contribute to patterns of explanations that go beyond the explanations prevalent in the sciences” (p. 147-8)

(4) *Abordagem da razão prática*

Esse quarto tipo de abordagem, como o próprio nome indica, corresponde ao quarto tipo de abordagem do aspecto normativo da questão da responsabilidade moral. A abordagem da razão prática rejeita a explicabilidade como critério de existência e insiste na tese sobre a autonomia da razão. Trata-se de uma posição análoga à posição defendida por Kant. A idéia central aqui é que, quando refletimos sobre questões morais, automaticamente postulamos – e fazemos isso de modo legítimo – a existência de uma capacidade reflexiva de autocontrole e autodeterminação. Além disso, projetamos também sobre outras pessoas a existência dessa mesma capacidade.

Em seguida, Wallace reconhece a dificuldade que essa diversidade de posições representa para uma discussão acerca da idéia de agência moral. Por essa razão, ele procura enquadrar essas posições em um esquema ainda mais geral de posições.

Os dois tipos de naturalismo pressupõem um critério acerca do que existe. Esse critério é definido em termos de capacidade explicativa. A própria prática científica nos permitiria empregar esse tipo de critério. Assim, somente faria sentido falarmos em responsabilidade moral no quadro conceitual do tipo de ontologia pressuposta nas ciências naturais.

O terceiro e quarto grupos de posições sustentam que a ontologia deve ser, de certo modo, “expandida” de modo a tornar inteligível a idéia de uma responsabilidade moral genuína. As diferenças no interior desse grupo diriam respeito ao modo como essas posições tentam justificar essa espécie de ontologia expandida em termos de capacidade explicativa.

Wallace deixa claro, no entanto, que tem “simpatia” pela última posição, i.e.: pela abordagem da razão prática. Como ele afirma:

“I believe that we should be willing to expand our ontology to accommodate the commitments of our moral practices, and that the practical reason approach provides the best conceptual underpinning for this attitude” (p. 148).

Mas Wallace reconhece que essa posição também envolve uma série de dificuldades. A principal dessas dificuldades diz respeito ao seguinte problema: até que ponto nossos “comprometimentos ontológicos” devem estar subordinados a uma visão naturalista da ciência? O problema para Wallace é que ao mesmo tempo em que, por um lado, devemos expandir a ontologia, para podermos explicar adequadamente a idéia de responsabilidade moral, por outro lado, essa ontologia expandida *não* deve ser incompatível com o que as ciências naturais nos dizem sobre o mundo. Nossas práticas morais, assim, não deveriam ser explicadas por apelo a um tipo de ontologia que assumisse, por exemplo, existência de bruxas para explicar nossa responsabilidade por tais e tais ações. (No contexto de uma ontologia expandida de modo não justificado poderíamos apelar para a existência de certas entidades tanto com o objetivo de mostrarmos que temos responsabilidade por uma dada ação, quanto para mostrarmos que não temos responsabilidade por essa mesma ação. Poderíamos, por exemplo, nos referir a influência de maus espíritos para nos eximirmos de responsabilidade, ou, alternativamente, postularmos a existência de um “eu numênico” para mostrarmos que existe um “eu” inteiramente independente de nossas inclinações e desejos diversos).

O principal objetivo de Wallace, dessa forma, é lidar com esse problema, i.e.: justificar um tipo de ontologia em que haja espaço para liberdade da vontade e responsabilidade moral genuína, mas não haja espaço para coisas como bruxas ou quaisquer outros tipos de entidades cuja existência seria incompatível com as teorias científicas correntes.

II

Existe um aspecto do poder reflexivo de autocontrole que não é explicado adequadamente pelas ciências naturais, a saber: o poder de escolha ou “capacidade volitiva”. O que Wallace procura então inicialmente investigar é a “estrutura da vontade”. Sua tese é que a vontade é uma capacidade de autodeterminação, e não um mero receptáculo de desejos. Existem, de fato, motivações com relação às quais

somos passivos, tais como desejos e alguns tipos de disposições. Wallace denomina esses estados de *given desires*. Por outro lado, há também disposições que expressam nossa capacidade como agentes, tais como: decisões, escolhas, e intenções. Wallace examina inicialmente o conceito de *given desires*. Sua tese é que *given desires* são como sensações, com a diferença, porém, que sensações, diferentemente de desejos, não têm uma estrutura proposicional. Por terem uma estrutura proposicional, desejos são sensíveis a juízos. Ao deliberarmos sobre o que realizamos, dificilmente podemos deixar de levar em consideração estados mentais como desejos. Mas desejos, como Wallace procura enfatizar, *não* são os únicos tipos de motivações que atuam sobre nossas deliberações.

A abordagem volicionista que Wallace privilegia envolve uma oposição entre, de um lado, *given desires* e, por outro lado, “motivações ativas”. Essas últimas, embora às vezes também sejam denominadas como “desejos”, desempenham um papel diferente do papel desempenhado por *given desires* no processo de deliberação.

A tese de Wallace é que “motivações volicionais” são independentes de *given desires*. As escolhas que fazemos não são determinadas de modo decisivo pelos nossos desejos. Devemos supor que temos também um poder de autocontrole reflexivo que nos habilita a tomarmos decisões mesmo quando essas decisões entram em conflito com *given desires*. Com outras palavras, temos uma “capacidade de motivação” que é independente desses desejos. Como Wallace afirma: “*That persons possess this form of competence is thus a necessary condition for their being directly subject to moral requirements that they flout*”. (p. 151). Nossa prática deliberativa enquanto agentes pressupõe um poder de autodeterminação que não é, ele próprio, subordinado a um *given desires*. O desejo de permanecer na cama pela manhã, por exemplo, por si só, de modo geral, não determina nossa ação.

Dessa forma, partindo da *assunção* de que a agência moral exige uma capacidade de “motivação volitiva”, Wallace retorna às diversas posições que podem ser defendidas relativamente às questões ontológicas formuladas anteriormente.

Segundo a *abordagem naturalista* nossas ações são causadas por crenças e *given desires*. Wallace reconhece que, se esse tipo de abordagem for correta, então não existiriam realmente agentes morais compreendidos como sujeitos de um poder de autocontrole reflexivo, pois a capacidade de “motivação volitiva” pressuposta por esse poder não é compatível com o tipo de determinismo que as abordagens naturalistas envolvem.

Quem defende um determinismo psicológico poderia, pelo menos em princípio, aceitar que, com relação a uma ação qualquer, poderíamos ter agido de forma diferente, *se* a configuração de nossos desejos e crenças tivesse sido diferente – essa posição é atribuída a Donald Davidson. No entanto, segundo Wallace, esse tipo de “análise condicional” não captura realmente o que está em questão quando falamos de “agência moral”.

Segundo a abordagem que envolve a idéia de um “agente como causa” (*agent causation*) a capacidade de escolha diz respeito a um poder de determinar nossa ação que independe das influências que os desejos exercem sobre nós. Por outro lado, quem defende essa posição aceita também que possuímos um “poder causal especial” diferente do poder causal em operação no mundo natural. Como Wallace afirma:

“The hallmark of this approach is thus the contention that our ontology can accommodate moral agents only if and to the extent that we need to postulate such agents in order to explain events that cannot be accommodated for in ordinary scientific terms” (152).

Com relação a esse tipo de abordagem – a do agente como causa – convém notar agora que Wallace aceita apenas o ponto de partida dessa posição, a saber: a tese segundo a qual uma capacidade de escolha é um poder ativo de autodeterminação. Mas ele não concorda com a tese de que haveria um tipo de causalidade, no contexto da agência humana, que seria intrinsecamente diferente do tipo de causalidade em questão no mundo natural. Com efeito, é o nosso interesse em explicações causais e previsões que nos levam a postular a existência de um tipo de causalidade que nos permitiria explicar a capacidade humana de escolha em termos de uma espécie de “motor imóvel”. Mas, por outro lado, segundo Wallace, seria possível também abordarmos a questão da agência humana em termos diferentes, *i.e.* sem apelarmos para a idéia de causalidade. Como Wallace afirma: “... *the power of choice has its natural home in the context of the practical point of view, a distinctively first-personal perspective defined by our interest in the deliberative question of what we ought to do*” (p. 153).

O *ponto de vista da razão prática* é uma perspectiva que se distingue das posições anteriores na medida em que ela nega que o que estaria em questão no exame do poder de escolha seria a questão da causalidade. Nós temos de pressupor a

existência, em nós, de um poder de escolha sempre que nos engajamos em uma atividade de deliberação. Mas esse poder de escolha não tem de ser interpretado em termos de uma capacidade de causar eventos no mundo. Com outras palavras, Wallace concorda com a tese – defendida pelos representantes da teoria do agente como causa – segundo a qual não podemos compreender a idéia de agência moral no quadro conceitual do determinismo psicológico. Por outro lado, a idéia de agência moral também não pode ser adequadamente compreendida enquanto não abandonarmos um tipo de perspectiva que tem nas idéias de “explicação e previsão” e de “causalidade” os seus conceitos centrais. Por essa razão, é desnecessária a introdução, nesse contexto, da problemática idéia de um “motor imóvel”. A idéia de um “motor imóvel”, com efeito, tem um caráter quase teológico, como se tivéssemos um poder de intervir na ordem do mundo natural sem sermos, nós próprios, parte dessa ordem. Como afirma Wallace:

“Deliberation requires us to assume that the question as to what we are going to do is not settled by our given desires, but that we have in our power to determine the answer to that question for ourselves. And the fact that the capacity for self-determination is presupposed by the practical reason in this way is the point and rationale of the volitionist conception” (p. 154).

III

Razões e valores morais são, como *sugere* Wallace, fenômenos normativos. A realidade desses fenômenos não é colocada em questão ao constatarmos que não precisamos deles para explicar e predizermos o comportamento das pessoas. Nesse sentido, Wallace faz uma distinção entre razões e valores, de um lado, e agência moral, de outro lado. Razões e valores são fenômenos normativos. A existência dessas entidades não é afetada pela dúvida sobre a capacidade explicativa e preditiva relativamente à conduta das pessoas.

Contudo, poderia ser alegado agora que a idéia de agência moral é, ela própria, uma idéia explicativa: trata-se de um conceito explanatório, e não de um conceito normativo. Isso significa que, se nos referirmos a alguém como um agente moral, o que temos em mente é que essa pessoa tem uma capacidade de ocasionar certos estados de coisas no mundo. Esses estados de coisas são explicados tendo em vista o poder de autodeterminação em questão na idéia de agência moral. Mas, se isso é assim, então como poderíamos sustentar a idéia de uma distinção entre racionalidade prática e racionalidade teórica? Wallace formula esse tipo de objeção

nos seguintes termos: “... *the standpoint from which we ascribe to persons the capacity for choice is not free from explanatory aspirations, raising a serious doubt about the distinction I have drawn between the theoretical and the practical points of view*” (p. 154).

Esse tipo de objeção, segundo Wallace, chama atenção para a constatação de que o conceito de agência moral não pode ser desvinculado de uma “rede de conceitos” que, pelo menos em parte, têm aspirações explanatórias. Por essa razão, ele destaca os seguintes pontos que sugerem que a “rede explicativa” (*explanatory network*), à qual pertencem os conceitos de agência moral e de decisão, está submetida aos interesses da razão prática.

(i) O primeiro ponto diz respeito a uma distinção entre *escolha* e *capacidade de escolha*. Embora escolhas e decisões contribuam para um poder de explicação sobre o que as pessoas fazem, o poder de escolha, ele próprio, não desempenha, nesse contexto, um papel explanatório. Capacidades não são condições suficientes para o desencadeamento de ações. A capacidade de falarmos, p. ex., holandês não pode ser utilizada para explicar por que conduzimos uma conversa específica em holandês. Como afirma Wallace: “... *agency is a matter of general capacity, and capacities are not well understood on the model of causally triggering conditions*”

(ii) O segundo ponto diz respeito à relação entre agentes morais e as decisões particulares que eles tomam. Se essa relação não for uma relação causal, que tipo de relação pode ser essa? Para responder essa questão Wallace recorre à distinção entre a perspectiva da primeira pessoa e a perspectiva da terceira pessoa. Do ponto de vista da terceira pessoa, o que há é uma relação ‘atribuição’ (*ascription*):

“To say that the choice to do x is due to A is not a way of answering the question of why the choice was made; it speaks to a different kind of question, viz. to whom is the choice to be ascribed” (p. 156).

Essa não pode, porém, ser a perspectiva da primeira pessoa. Com efeito, nesse caso, a escolha ainda não foi feita. Não faz sentido, portanto, atribuímos a nós próprios uma ação, pois, nesse caso, simplesmente não há ainda uma ação para ser atribuída a alguém ou qualquer outra coisa. O que está em questão nessas circunstâncias é o modo como nos compreendemos a nós próprios como agentes: “*Our task, rather, is to decide which action is to be performed, and in this context agency is above all a matter of identity, of who and what we are*” (p. 157). Nesse caso, nós nos compreendemos como sujeitos de um poder de escolha. Dessa forma, segundo a

perspectiva da primeira pessoa, parece que, ao fazermos x, antes mesmo da efetiva realização de x, nós já realizamos alguma coisa, a saber: a decisão de fazermos x. Eu não posso, portanto, me compreender como agente sem me compreender também como “sujeito” (*bearer*) de um poder de escolha ou de uma capacidade de autodeterminação. Minha identidade como agente, como afirma, Wallace se “expressa” no ato mesmo de escolha.

(iii) O terceiro ponto é o seguinte: segundo a perspectiva da terceira pessoa, a idéia de agência moral *não* contribui para uma explicação acerca da conduta das pessoas. O que é explicado pela idéia de agência moral não é a conduta, mas o *status* das pessoas como “*practical reasoners*”. Segundo Wallace “*moral agency, in this sense is the condition under which it is possible for persons to be subject to moral norms, regardless of whether or not they manage to comply with these norms*” (p. 157). Nas ocasiões em que, a despeito de inclinações contrárias, somos bem sucedidos na realização do que é correto (*right*), “confirmamos” que temos uma capacidade volicional. A postulação de uma tal capacidade, mesmo não sendo uma explicação acerca da razão pela qual fizemos o que fizemos, nos ajuda a explicar como foi possível agir de acordo com razões morais. Como afirma Wallace:

“The power of choice is postulated to render intelligible a person’s capacity to engage in reflection of this distinctively practical variety, and this phenomenon presupposes the autonomy and legitimacy of the questions that define the standpoint of practical reason.” (p. 158).

Se assumíssemos que não há razões para ações, não faria então sentido postularmos a existência de uma capacidade volicional de escolha. Com outras palavras, se não tivéssemos uma capacidade genuína de deliberação, não teríamos a capacidade de escolher e de agir de um modo que pode ser contrário aos nossos *given desires*.

(iv) Por fim, no quarto ponto, Wallace sustenta que em explicações que envolvem conceitos tais como agência, escolha, racionalidade, etc. está pressuposta a perspectiva da razão prática. Mas essa perspectiva, ela própria, não diz essencialmente respeito a explicações e predições.

IV

Em seguida, Wallace procura apresentar uma crítica a Kant e aos kantianos. A abordagem privilegiada por Wallace pressupõe, de fato, uma distinção entre a perspectiva da razão prática e a perspectiva da razão teórica. Trata-se de uma

distinção endossada por Kant e seus seguidores. No entanto, os kantianos não apenas negam que o ponto de vista da razão prática diga respeito a previsões e explicações acerca de nossa conduta. Ele vão mais além, sustentando também que “no pattern of explanation to which we might be committed for theoretical purposes could possibly conflict with the commitments of the practical point of view”. (Wallace tem em mente, nesse contexto, p. ex., os trabalhos de Christine Korsgaard.) O ponto que Wallace procura enfatizar é que a perspectiva da razão prática e a perspectiva da razão teórica incidem, segundo os kantianos, sobre dois “âmbitos do discurso” (*frame of discourse*) distintos entre si. É essa distinção que garantiria a ausência de conflitos entre as duas perspectivas, pois, para haver conflito, seria necessário que as duas partes conflitantes pertencessem a um mesmo âmbito do discurso. Wallace denomina esse tipo de distinção de “insulating strategy”. Apesar da atratividade que esse tipo de estratégia possa ter, Wallace rejeita o argumento dos kantianos. O que ele alega é que:

“... it is unclear, however, that the distinction between the aims of theoretical and practical reason entails that the claims made in pursuit of these aims cannot possibly conflict.”

Contra a “estratégia do isolamento”, a tese de Wallace – formulada em diferentes momentos do texto – é que somos dotados de uma poder volitivo de escolha. Essa tese está em conflito com o determinismo psicológico, que nega que tenhamos esse tipo de faculdade. Isso significa que há um esquema de explicação acerca da conduta humana que não é reconciliável com a perspectiva da razão prática. Como Wallace afirma:

“... we can make good sense of the status of persons as practical reasoners only if we assume that they are capable of choosing what to do in ways not determined by their beliefs and given desires.”

Mas a perspectiva da razão prática, diferentemente do que sustentam os kantianos, pode ter “implicações explicativas”, mesmo que ela própria não seja voltada para explicações. Por essa razão, a “estratégia do isolamento” não é bem sucedida. Como afirma Wallace

“In order to protect the claims of practical reason from the very possibility of conflict with theoretical reason, it is not enough to characterize the two standpoints as distinct frames

of discourse, organized around divergent intellectual aims. It is necessary in addition to ensure that the standpoint of practical reason cannot have theoretical implications, and this additional thesis is implausible” (p. 160).

Wallace se refere a uma passagem da *Crítica da Razão Prática* em que Kant teria claramente se comprometido com esse tipo de estratégia. O que Wallace rejeita, portanto, não é a distinção entre a perspectiva da razão teórica e a perspectiva da razão prática, mas algumas assunções que Kant e os kantianos fazem no contexto dessa distinção. Mais especificamente, segundo Wallace, Kant e os kantianos, no final das contas, também se comprometem com uma espécie de determinismo psicológico.

Em seguida, Wallace se pergunta se o determinismo psicológico é a única ameaça à perspectiva da razão prática no exame da agência moral. Se somos passivos relativamente a nossos *given desires*, então não seríamos igualmente passivos relativamente a aos estados físicos de nosso corpo? Se tal for o caso, então outros tipos de determinismo que não o determinismo psicológico poderiam representar, pelo menos em princípio, uma ameaça à pretensão de termos um poder de autodeterminação reflexiva. Dessa forma, alguém poderia alegar, como Wallace sugere, que: “*There seems to be no room for agency in a deterministic world regardless of whether the determinism at issue is of psychological or nonpsychological variety.*” (p. 161).

Para lidar com esse novo problema Wallace procura fazer uma distinção mais precisa entre o determinismo psicológico e determinismo não-psicológico. Sua tese é que, de fato, a idéia de agência moral é incompatível com o determinismo psicológico. Mas, por outro lado, ela não é necessariamente ameaçada por outros tipos de determinismo. Nossos *given desires* podem, de fato, ser determinados causalmente. Com relação a essa tese, Wallace destaca três pontos:

(i) “... *given desires do not align automatically with our own verdicts about what there is reason for us to do*”

(ii) “... *given desires are inherently motivating status*”. Isto é: eles são como “móviles” (*springs*) para ações possíveis, independentemente do modo como os avaliamos.

(iii) *given desires* podem ser predicados de nós como pessoas. Isto é: se A tem o desejo de x, então x é como um predicado de A. Isso significa que, do ponto de

vista da razão prática, desejos são vistos como estados a que estamos submetidos, mas que não determinam, por si só, nossas ações.

A tese de Wallace é que outros tipos de determinismo que não o determinismo psicológico não representam uma ameaça para nossa compreensão de nós próprios como agentes morais. Isso é assim porque os estados de nosso cérebro, passíveis de serem descritos em termos meramente físicos, não exercem qualquer influência sobre fatores que temos de levar em consideração no momento de nossa deliberação. Com efeito, esses estados de nosso cérebro não se apresentam a nós como motivações, nem os reconhecemos como um atributo nosso a que poderíamos nos referir em primeira pessoa. Como Wallace afirma: “... *a determinism couched in physical terms would pose no direct threat to our standing as persons who are equipped with the power to comply with norms of reason*”. (...) “*Physical determinism, by contrast, would not clash with our understanding of the general capacities that distinguish persons as moral agents.*” E mais adiante Wallace conclui:

“Thus, we could retain the competence to choose in ways independent from the given desires to which we are subject, even if the laws of physics are deterministic in nature; by contrast, our competence in this respect would be called in question directly by the thesis that our actions are determined psychologically by the very forces that present themselves to us as temptations to do what we should do” (p. 163).

Wallace acrescenta a essa tese uma outra tese, a saber: mesmo se o determinismo psicológico fosse verdadeiro, do ponto de vista pragmático, isso não representaria realmente uma ameaça à nossa atividade como “deliberadores”. É essa idéia básica que é explorada pelos defensores kantianos da “estratégia do isolamento”. Nossa atividade como “deliberadores” não pode ser desvinculada inteiramente do modo como nos compreendemos a nós próprios como agentes morais, i.e. como sujeitos de um poder de deliberação capaz de determinar nossa conduta a despeito da influência de nossos *given desires*.

Wallace conclui então seu texto declarando sua incapacidade de demonstrar a verdade dessa última tese. Ele encerra o capítulo com o que denomina de uma “conclusão polêmica”. O que ele tem em mente aqui é um apelo à *folk psychology*. Permito-me, por fim, uma última longa citação:

“We do not assume that the states that move us to act are either themselves given desires, or the causal products of such desires, nor are there compelling theoretical considerations that would recommend this way of seeing things. Indeed, if the argument of this contribution is on the right track, it is no accident that we do not deploy folk-psychology as if it were a deterministic theory” (164).

© *Marcelo de Araujo*
E-mail: *marcelo.araujo@pq.cnpq.br*

